



OBJETO DELIBERAÇÃO

As Comissões e

Justino Redondo
Sinonias Crimento
SALA SESSÕES 03 / 02 / 2020
PRESIDENTE

Bariri, 20 de janeiro de 2020.

MENSAGEM
Nº 03/2020

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 03/2020, para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

Dispõe o referido Projeto de Lei sobre contribuição de recursos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bariri – APAE.

Os recursos para financiamento desta ação são oriundos de emenda parlamentar e serão aplicados na aquisição de diversos bens permanentes, por meio de contribuição, prevista no §6º, do art. 12, da Lei 4.320, 1964 e formalizando-se por convênio ou instrumento congênere.

Contando com a aprovação da matéria, invoco o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Francisco Leoni Neto
FRANCISCO LEONI NETO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
RICARDO PREARO
Presidente da Câmara Municipal de Bariri
BARIRI - SP





= PROJETO DE LEI Nº 03/2020 =
de 20 de janeiro de 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Bariri a firmar convênio, ou outro instrumento congênere, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bariri – APAE, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir, nos termos do §6º, do art. 12, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, mediante convênio ou outro instrumento congênere, a organização sem fins lucrativos "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bariri – APAE", inscrita no CNPJ/MF nº 46.181.244/0001-19, até o valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a cobrir despesas de capital da entidade.


§ 1º Os recursos serão destinados para financiamento da aquisição de diversos bens permanentes, a serem utilizados nas atividades-meio e atividades-fim dos serviços de Assistência Social.

§ 2º Os recursos são provenientes de repasse do Ministério da Cidadania, pelo Fundo Nacional de Assistência Social, com vistas a custear os Serviços de Proteção Social Especial.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as alterações orçamentárias necessárias para a concretização desta despesa, até o limite do repasse realizado pelo Governo Federal, para execução das finalidades desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bariri, 20 de janeiro de 2020.


FRANCISCO LEONI NETO
Prefeito Municipal